



NOTA À COMUNICAÇÃO SOCIAL

MAIORIA DOS PROFESSORES PRONUNCIOU-SE, DE FORMA ESMAGADORA, CONTRA A MUNICIPALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

PLATAFORMA SINDICAL EXIGE SUSPENSÃO DO PROCESSO EM CURSO

A Plataforma Sindical dos Professores dirigiu hoje ofícios aos Ministros da Educação e Ciência e ao Ministro do Desenvolvimento Regional solicitando reuniões com caráter de urgência. Nelas, as organizações desta Plataforma propõem a suspensão do processo em curso e apresentarão propostas concretas no sentido de levar por diante um verdadeiro e adequado processo de descentralização do sistema educativo.

Esta exigência de suspensão do processo de delegação de competências nos municípios surge na sequência da consulta realizada junto dos professores e educadores em que participaram mais de 50.000 docentes que se pronunciaram de forma absolutamente clara: **97,5% afirmaram-se contra a municipalização** e apenas 1,7% se manifestaram favoráveis ao processo que o governo e algumas câmaras pretendem levar por diante. Os restantes 0,8% dos votos foram brancos ou nulos.

Nos concelhos em que os contratos de municipalização estiveram ou ainda estão em vias de avançar, a (o)posição dos professores foi manifestada de forma também muito clara, não apenas pelo número de votos “Não”, mas também pelos elevados níveis de participação que se verificaram.

De entre os diversos casos, destacam-se dois, Matosinhos e Mealhada, em que já se encontram previstos protestos dos professores, respetivamente para 8 e 15 de junho.

Em **Matosinhos** participaram 83% dos professores. Destes, 96,3% votaram “Não”. Isto é, votaram 1256 docentes, dos quais 1209 se manifestaram contra. **Hoje mesmo, dia 8 de junho**, a Assembleia Municipal reunirá pelas 21 horas para, eventualmente, votar a entrada do município no processo de municipalização. Os professores concentrar-se-ão no local e contam intervir na reunião.

Na **Mealhada** votaram 81% dos docentes. Destes, 95% votaram “Não”. **Na próxima segunda-feira, dia 15**, de manhã, reunirá o executivo municipal. Pelas 12 horas, os professores concentrar-se-ão junto à Câmara Municipal para conhecerem (e saudarem ou contestarem) a decisão tomada.

A posição dos professores foi igualmente clara em outros concelhos que têm estado associados a este processo, dando ao “Não” uma expressão gigantesca: Crato - 100%; Pampilhosa da Serra - 100%; Águeda - 99%; Castelo Branco - 98%; Maia - 98%; Faro - 97%; Lagoa - 97%; Batalha - 97%; Oliveira do Bairro - 96%; Abrantes - 95,4%; Tondela - 95%; Boticas - 95%; Amadora - 94,8%; Oeiras - 94,1%; Oliveira de Azeméis - 94%; Sousel - 91%.

Se analisarmos os números em termos distritais também não ficamos com quaisquer dúvidas, pois o pronunciamento contra dos professores situou-se entre os 92% de Viana do Castelo (em que votaram 88% dos docentes do distrito) e os 99% de Vila Real (que teve uma participação de 64% dos professores de todo o distrito).

Hoje, mais informados do que nunca sobre a municipalização (era também esse um dos grandes objetivos desta consulta: promover a informação sobre um processo que tem decorrido em grande secretismo), os professores estão determinados em lutar contra tal processo de delegação de competências nas câmaras municipais. Por essa razão, no próximo dia **20 de junho, na Manifestação Nacional de Professores e Educadores**, este será um dos principais motivos de protesto dos docentes que desfilarão entre o Marquês de Pombal e o Rossio.

A Plataforma Sindical dos Professores